



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 6ª (SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2020/2022 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 26 (VINTE E SEIS) DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020(DOIS MIL E VINTE) DE FORMA VIRTUAL NA PLATAFORMA ZOOM

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e sete minutos, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, reunido virtualmente, na forma da convocação, em razão da impossibilidade de reunião presencial face a Pandemia da Covid-19, no seguinte endereço: <https://zoom.us/j/91863781024>, verificado o quórum com a presença dos sócios identificados que assinaram virtualmente o livro de presença (art.54, § 1º do Regimento Interno), na forma da identificação e autorização de acesso constante da plataforma utilizada em caráter excepcional, foi declarada aberta a sessão pela presidente nacional, Dra. Rita Cortez, que compôs a mesa com a Secretária-Geral, Dra. Adriana Brasil Guimarães e o Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada. Dra. Rita Cortez cumprimentou a todos e todas, agradecendo a presença dos sócios e sócias identificados na plataforma tecnológica emergencial nessa nossa sexta sessão plenária virtual da Casa de Montezuma. A presidente esclareceu que Montezuma hoje não está *on line*, já que todas as plataformas zoom com o youtube caíram hoje no mundo, desculpando-se desde já com aqueles que nos assistem pela TVIAB, hoje vitimada por essa questão tecnológica mundial, privando a todos desses debates riquíssimos, face a impossibilidade de transmissão. Montezuma não está *on line* hoje então por tudo isso. Registrou que hoje comemoramos o Dia Internacional da Igualdade Feminina, luta permanente que empreendemos nessa Casa. Referiu que amanhã, 27.8.2020, comemoramos 40 anos da carta-bomba que vitimou Lyda Monteiro, endereçada ao Conselho Federal da OAB, cuja sede se encontrava onde está o IAB desde sempre. É preciso ter essa memória para evitar repetições, porque a Ordem, pagou esse preço, apenas por defender a democracia e eleições diretas. Dando sequência à pauta, a presidente passou a palavra à secretária geral, Adriana Brasil Guimarães que referiu que, naquele 27.8.1980 estava exatamente naquele local recebendo sua carteira da OAB, quando a bomba explodiu. A secretária geral fez recomendação aos presentes sob as regras da sessão virtual para o melhor andamento dos trabalhos, esclarecendo que iríamos cumprir rigorosamente o tempo regimental e que a plataforma em uso foi adaptada para melhor aproveitamento e fluência dos trabalhos da sessão, realçando regras de utilização da plataforma zoom, no que concerne, especialmente, ao fechamento dos microfones, lembrando disposições do Regimento Interno do IAB: os relatores terão o tempo regimental de 10(dez) minutos para apresentação dos pareceres e os consócios que desejarem esclarecimentos gozarão de 3(três) minutos para intervenção, mediante inscrição prévia pelo *chat*(sala de bate-papo), que será controlado pela secretaria geral, sendo esclarecido que, ao final desse tempo, a palavra será cortada automaticamente com aviso prévio ao orador quando faltar um(1)



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

minuto. Recomendou a todos que se identificassem pelo nome em suas telas no zoom e que, doravante, todos serão vistos por todos, atendendo apelo dos associados e associadas. Fez recomendação no sentido de evitar repetição de argumentos já apresentados, na forma do art. 70, V do Regimento Interno, esclarecendo ainda que as votações ocorrerão através de telas especiais de enquetes disponibilizadas aos presentes. Agradeceu a todos e devolveu a palavra à presidente Rita Cortez. Dando sequência aos trabalhos, a presidente anunciou que os eventos serão mencionados ao final da sessão. Esclareceu que não estamos conseguindo transmitir a sessão pelo youtube, mas a mesma ficará guardada na TVIAB. A presidente Rita Cortez, convidou então à mesa virtual o Dr. Adilson Pires para defender a pertinência da **Indicação sobre o PL nº 2.358/2020**, de autoria do Deputado Federal João Maia (PL/RN) da Câmara dos Deputados **MATÉRIA:** Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados por grandes empresas de tecnologia (CIDE-Digital). **Palavras-chave:** Projeto de Lei 2.358/2020. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Empresas de tecnologia. CIDE-Digital. **Autor da Indicação:** Dr. Adilson Rodrigues Pires - Comissão de Direito Financeiro e Tributário. Trata-se de questão que se volta à receita das empresas que atuam nesse ramo. Esclareceu que as transações digitais são discutidas há 20 anos, inclusive na OCDE, discussão iniciada na Inglaterra e que essa indicação voltava-se não as transações em si, mas às grandes empresas: AMAZON, GOOGLE, FACEBOOK, INSTAGRAN, etc..., que desenvolvem atividade econômica tão importante que não podem ficar de fora. Fez alusão que, embora possa haver também interesse da Comissão de Direito Digital para opinar, submete a questão ao plenário, recomendando sua remessa à Comissão de Direito Financeiro e Tributário. Submetida a Indicação à votação pelo painel restou aprovada: 83% - SIM; 6% - NÃO; 11% - ABSTENÇÃO. A presidente agradecendo ao indicante, cumprindo a pauta, anunciou para discussão e votação o **PARECER na INDICAÇÃO 001/2020**, convidando o relator para a tribuna virtual. **AUTOR DA INDICAÇÃO:** Dr. Adilson Rodrigues Pires - **MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 05474/2016, que altera o Decreto-Lei nº 70.235/2016, para melhor controle das decisões administrativas em matéria fiscal. **EMENTA:** Projeto de Lei nº 5.474/2016, de autoria do Deputado Joaquim Passarinho, que altera o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, para conferir melhor controle às decisões administrativas fiscais e proporcionar efetividade à defesa dos contribuintes. **PALAVRAS CHAVE:** Projeto de Lei nº 5.474/2016. Processo Administrativo Fiscal. Decreto nº 70.235/1972. Primeira Instância. Paritário. Controle. **RELATOR:** Dr. Marcio Ladeira Ávila, da Comissão de Direito Financeiro e Tributário. O relator esclareceu se tratar de um PL bastante capenga, dado que não esclarece julgamentos por órgãos paritários na primeira instância, não esclarecendo ainda o critério de desempate, necessário à manutenção da paridade em tribunais administrativos onde deve reinar o *in dubio pro contribuinte*. Além disso, pela proposta os conselheiros atuam como fiscal de



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

juízo - prerrogativa de ser ouvido, não esclarecendo ainda adequadamente sobre a forma de afastamento dos representantes dos contribuintes; O PL é confuso porque refere a juízo nos portais da transparência, que já existe no CARF, havendo dúvida sobre o que replicar. Além disso, parece recomendar seleção de destaque de acordos favoráveis ao Fisco, em detrimento dos contribuintes. Também contém anomalia porque a designação hoje se dá por portaria do Ministro da Fazenda e vai criar assimetria dentro de uma tendência de deslegalização, na qual, também não andou bem. Sobre o tempo de permanência, muda de 6 para 10 anos. A forma hoje praticada é melhor, porque dois anos, com duas reconduções de mais dois anos. O representante dos contribuintes hoje é remunerado pelo Tesouro Nacional; pelo PL passa a ser remunerado pelos indicantes: uma parte do PIB nacional é julgado no CARF. O relator opina pela rejeição total do PL como consta do parecer aprovado de forma unânime no seio da comissão. Não havendo discussão, a presidente colocou em votação o parecer, o qual restou aprovado pelo seguinte resultado: 78% - SIM; 17% - NÃO; 6% - ABSTENÇÃO. A presidente agradeceu ao relator e à comissão. Dando cumprimento a pauta, anunciou para discussão e votação o **PARECER na INDICAÇÃO 002/2020** - **AUTOR DA INDICAÇÃO:** Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna - **MATÉRIA:** Análise da Constitucionalidade do Decreto nº 10.210/2020, que regulamenta o art. 18 da Lei nº 13.954/2019, que dispõe sobre a contratação do militar inativo para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública. **EMENTA:** DECRETO Nº 10.210, DE 23 DE JANEIRO DE 2020. CONTRATAÇÃO DE MILITARES INATIVOS PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE NATUREZA CIVIL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE. **PALAVRAS CHAVE:** Constitucionalidade. Decreto Militar Inativo. Administração Pública. **RELATOR:** Dr. José Guilherme Berman, da Comissão de Direito Constitucional. Foi concedida a palavra ao relator que, iniciou dizendo tratar-se de ideia de aproveitar militares inativos para o serviço civil, situação que foi pensada para resolver filas do INSS, mediante remuneração de um terço do vencimento normal destes. De início, verifica-se a inconstitucionalidade do Decreto, face o disposto no art. 37 da CRFB, já que cargos públicos demandam acesso por concurso públicos e a contratação temporária tem regra com um processo isonômico e pessoal, não podendo desempenhar função para a qual nunca fizeram concurso público. Por outro lado, destacou o relator, o favorecimento da função militar em detrimento de outras categorias fere o princípio da proporcionalidade. O 1º Vice-Presidente Sérgio Tostes assumiu a condução dos trabalhos, face a queda de *internet* da presidente. Restabelecida a conexão, a presidente Rita Cortez reassumiu a condução dos trabalhos. Concedida a palavra ao Indicante Sérgio Santana o mesmo parabenizou o parecerista, dizendo que subscreve integralmente o parecer. Colocado em discussão o parecer, não tendo havido inscrição, a presidente submeteu então o parecer à deliberação do plenário, o qual restou aprovado: 100% - SIM; 0% - NÃO. A presidente agradeceu o



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

relator e a comissão pelo trabalho. Dando sequência aos trabalhos, diante da não manifestação e impugnação, foram consideradas aprovadas as Atas da 3ª Sessão Ordinária Virtual de 15/07/2020 e da 4ª Sessão Ordinária do IAB de 12/08/2020. A presidente, na sequência, passou a palavra ao Diretor Secretário, Laért Vieira que anunciou os eventos agendados de amanhã até 4 de setembro de 2020, referindo o que vem sendo realizado pelo Instituto, em que pese as limitações da crise sanitária, registrando *leves e webinars* recentemente ocorridos e por se realizar como anunciado, recomendando a todos visitar com frequência o *site* e a TV IAB no *youtube*, além das mídias sociais onde o Instituto marca presença. A presidente retomou a palavra, informando que teremos uma sessão de posse de novos membros na próxima sexta, 28.8.2020, agradecendo a todos os consócios e consocias, com os quais se congratula por vê-los bem e com saúde, recomendando a todos que visitem o nosso *site* e participem de nossas atividades. Nada mais havendo a tratar, às 19:12h a presidente da mesa, Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, declarou encerrada a sessão eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Rita de Cássia Sant'Anna Cortez
Presidente do IAB Nacional

Antônio Laért Vieira Júnior
Diretor Secretário do IAB e Secretário da sessão